

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Jorge Solla)**

Requer a realização de audiência pública para discutir intervenções na GEAP.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir sobre as recentes intervenções sofridas pela GEAP – Autogestão em Saúde.

Proponho como convidados:

- Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), José Carlos de Souza Abrahão;
- Representante da Diretoria Executiva da GEAP (interino);
- Representante da Diretoria Geral da GEAP (destituída), Eliane Cruz.

JUSTIFICAÇÃO

No mês passado fomos surpreendidos com a informação de nova intervenção na GEAP Autogestão em Saúde, capitaneada pela Casa Civil do governo interino.

O Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva, democraticamente escolhidos no governo anterior, foram sumariamente destituídos e seus postos preenchidos com os novos indicados, impostos com interferência política.

Servidores e beneficiários da GEAP sistematicamente vem denunciado a intervenção sofrida e apelam para a adoção de medidas que visem a proteger a entidade de interesses político partidários.

Aqui há que se recuperar brevemente as características de um plano de autogestão como a GEAP, sem fins lucrativos, onde tudo o que é arrecadado é aplicado na assistência à saúde de seus filiados. A GEAP Autogestão em Saúde é a operadora de plano de saúde mais comum entre os servidores públicos federais, baseada no princípio de solidariedade intergeracional, onde o custeio do plano é distribuído entre as diversas faixas etárias, de forma a não onerar excessivamente os mais idosos (40% dos beneficiários dos planos GEAP têm mais de 60 anos e não suportariam arcar com os custos de outros planos que praticam valores de mercado).

Assim, no intuito de contribuir com este debate, peço aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 27 de junho de 2016.

JORGE SOLLÁ
Deputado Federal (PT-BA)